

Relatório de Governança Corporativa 2022

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
O PORTOPREV	4
ÓRGÃOS DE DIREÇÃO	5
RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	11
FINANCEIRO.....	12
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	15
APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	15

APRESENTAÇÃO

O relatório de Governança Corporativa é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o compromisso do PORTOPREV com a transparência.

Através dele se pode trazer informações importantes acerca do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do município de Porto Feliz, permitindo ao leitor que conheça melhor a instituição, tendo ciência dos desafios encontrados e das realizações conquistadas.

Destacam-se os benefícios concedidos aos segurados, informações sobre a gestão dos investimentos e a evolução atuarial do órgão.

Esta edição apresenta as ações realizadas em 2022, com destaque nos principais resultados alcançados pelo Instituto, fazendo-se uma análise das despesas e receitas, da situação atuarial e dos resultados financeiros.

Além disso, o relatório divulga informações contendo as principais atividades institucionais desenvolvidas durante o ano de 2022 e dados que permitem ao leitor a obtenção de um maior conhecimento da Instituição, detalhando suas posturas e explanando suas metas, objetivos e diretrizes, o desempenho da administração e a forma de alocação dos recursos.

A garantia de um futuro tranquilo para o servidor público e seus familiares é a base que norteia todas as ações do PORTOPREV, zelando pela transparência e dedicando todos os esforços possíveis para uma gestão eficiente e um atendimento de qualidade.

O PORTOPREV

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Feliz é uma autarquia municipal responsável pelas prestações de natureza previdenciária aos servidores públicos do Município e aos seus dependentes, criado em 06 de dezembro de 2004, por meio da Lei Complementar Municipal nº 60 de 2004. Conta, hoje, com 1 superintendente e um total de 7 servidores efetivos.

Possui como missão a contribuição para a construção de um futuro de qualidade, garantindo aos segurados, e seus dependentes, meios necessários para sua subsistência em caso de idade avançada, invalidez e morte.

Suas ações são pautadas em Valores, como Ética, Comprometimento, Respeito, Transparência, Responsabilidade e Profissionalismo.

A organização administrativa do PORTOPREV compreende os seguintes ÓRGÃOS DE DIREÇÃO:

- a) **Conselho de Gestão**, com função de deliberação superior;
- b) **Conselho Fiscal**, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;
- c) **Superintendente do Instituto**, com função executiva de administração superior;
- d) **Comitê de Investimentos**, com função de órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos.



Figura 1 - Sede do RPPS

Endereço: Rua Lídia Maria Potel Antunes, 110, Residencial Rafael Alcalá, Porto Feliz - SP.

Telefone: (15) 3261-6725 / (15) 3262-4296

E-mail: portoprevrecepcao@portofeliz.sp.gov.br

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

o Conselho de Gestão

O Conselho de Gestão é composto por **07 (sete) membros titulares**, com 02 (dois) representantes do Executivo e 05 (cinco) representantes dos segurados, sendo dois da Prefeitura Municipal, dois da Câmara municipal, Autarquia e Fundações ou Fundações, e um representante dos inativos; e, ainda, **05 (cinco) suplentes**, na mesma proporção.

Com mandato de 02 (dois) anos, os membros do conselho representantes do Executivo são nomeados pelo Prefeito Municipal dentre os Secretários Municipais e/ou servidores públicos com vínculo com o PORTOPREV, e os representantes dos segurados são escolhidos entre os servidores municipais com vínculo com a autarquia, por eleição, garantida a participação de servidores inativos.

O Conselho se reúne sempre com a totalidade seus membros, mensalmente, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente, e tem como principais atribuições: decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira trazida pelo Superintendente do Instituto ou pelo Conselho Fiscal; apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na lei de criação do órgão, bem como resolver os casos omissos; estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do instituto; aprovar diretrizes de atuação, contrato de gestão, orçamento e plano de contas; aprovar a política de investimentos, o parecer atuarial os balancetes mensais, a aceitação, aquisição e alienação de bens, dentre outras.

As principais ocorrências e deliberações do Conselho de Gestão, no ano de 2022, foram as seguintes:

- **Janeiro:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de dezembro/2021; aprovação das deliberações do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de fevereiro; ciência aceca da certificação da maioria dos membros do conselho e da alteração na composição do Comitê de Investimentos.
- **Fevereiro:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de janeiro; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de março; ciência da necessidade de alteração nas regras da pensão por morte e anuência da minuta do projeto de lei enviada ao Executivo.
- **Março:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de fevereiro; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de abril; informações sobre a necessidade de adequações administrativas para 2022; apresentação do resultado do cálculo atuarial – data focal 31/12/2021 e aprovação da Política de Investimentos a ser praticada no exercício de 2022, de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021.
- **Maior:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente aos meses de março e abril; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de maio; apresentação de estudos para melhoria do déficit atuarial; elaboração e envio ao Executivo de

projeto de lei de implantação do plano de amortização do déficit; regulamentação na forma de contagem de dias.

- **Junho:** Aprovação das contas do Instituto relativas ao Exercício 2021; Aprovação do relatório anual das contas do Instituto; Aprovação do regimento interno do Conselho de Gestão e do Comitê de Investimentos; apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de maio; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de junho.

- **Julho:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de junho; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de julho e demais meses; aprovação da Resolução Interna nº 001/2022, que trata da regulamentação do início da contagem de prazos constantes na Lei nº 135/2012.

- **Agosto:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de julho; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de setembro e demais meses; informações acerca da obtenção de certificação de membros do Conselho Fiscal.

- **Setembro:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de agosto; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de outubro e demais meses; capacitação dos conselheiros através do curso preparatório à obtenção da certificação de que trata o artigo 8º B da Lei 9.717/1998; aprovação da lei para implantação do plano de amortização do déficit; apresentação do edital para a realização de eleição para os conselhos fiscal e de gestão.

- **Novembro:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente aos meses de setembro e outubro; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de novembro e demais meses; apresentação dos manuais para certificação junto ao programa Pró-Gestão.

- **Dezembro:** apresentação da rentabilidade dos investimentos do Instituto referente ao mês de novembro; aprovação da deliberação do comitê de investimentos quanto à alocação dos recursos e quitação da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para o mês de dezembro; aprovação da Política de Investimentos para o exercício 2023 e dos manuais do Pró-Gestão.

Composição do Conselho de Gestão no exercício de 2022

Presidente:	Renata Santos Hugo
Membros Titulares:	Bruna Silva de Carvalho
	Daniele Campos de Camargo
	Leonardo Bronze Segga
	Maria Regina Taborda Brugnaro
	Renata Santos Hugo
	Simone Soncin Diana Viture da Silva
	Tiago Aparecido Páscoli Servelin

Membros Suplentes:	Ana Maria da Silva Simeira
	Cecília Brienza
	Edson Ferraz
	Thiago de Matos Rosa Lima
	Viviane Maria Lana

o Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por **03 (três) membros titulares** e **02 (dois) suplentes**, eleitos dentre os servidores municipais com vínculo com o PORTOPREV, com mandato de 02 (dois) anos.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente, e tem como principais atribuições: acompanhar a execução orçamentária e emitir pareceres sobre todas as demonstrações contábeis e financeiras do PORTOPREV; julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes a processos de benefícios; fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais; comunicar ao Conselho de Gestão os fatos relevantes apurados.

As principais ocorrências e deliberações do Conselho Fiscal, no ano de 2022, foram as seguintes:

- **Janeiro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de novembro de 2021 e aos rendimentos no período.
- **Fevereiro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de dezembro de 2021 e aos rendimentos no período.
- **Março:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de janeiro de 2022 e aos rendimentos no período; nomeação de presidente do conselho; apresentação do relatório da análise das demonstrações contábeis no exercício de 2021, concluindo que **a gestão contábil e financeira dos recursos públicos estão devidamente adequados e regulados às normas internas do órgão e as legislações.**
- **Abril:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de fevereiro de 2022 e aos rendimentos no período.
- **Maior:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes aos meses de março e abril de 2022 e aos rendimentos no período.
- **Junho:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de maio de 2022 e aos rendimentos no período.

- **Julho:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de junho de 2022 e aos rendimentos no período; aprovação do Regimento Interno do Conselho Fiscal.
- **Agosto:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de julho de 2022 e aos rendimentos no período.
- **Setembro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de agosto de 2022 e aos rendimentos no período.
- **Outubro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de setembro de 2022 e aos rendimentos no período; aprovação do relatório mensal de investimentos.
- **Novembro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de outubro de 2022 e aos rendimentos no período; aprovação do relatório mensal de investimentos.
- **Dezembro:** análise dos procedimentos contábeis e demais rotinas relativas à execução orçamentária e financeira do Instituto; emissão de parecer quanto às aplicações financeiras referentes ao mês de novembro de 2022 e aos rendimentos no período, ressaltando que as aplicações financeiras estão de acordo com a política de investimentos; aprovação do relatório mensal de investimentos.

Composição do Conselho Fiscal no exercício de 2022:

Presidente:	Caroline Santana Calisto / Andrea Moraes Piva
Membros Titulares:	Andréa Moraes Piva
	Caroline Santana Calisto
	Reinaldo Antônio da Silva
Membros Suplentes:	José Maria de Moraes
	Tânia Lima Barreiro Causin

o Superintendente do Instituto

O Superintendente exerce a função executiva de administração superior. O cargo exige formação em Nível Superior, com habilitação em Administração, Ciências Econômicas ou Direito, sendo provido em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, ao nível de Secretário Municipal.

Dentre as principais atribuições, destacam-se: representar o PORTOPREV em todos os atos e perante quaisquer autoridades; cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Gestão;

implementar a política de Recursos Humanos, nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do PORTOPREV; movimentar as contas bancárias do PORTOPREV conjuntamente com o presidente do Conselho de Gestão; promover a inscrição e a cobrança judicial da dívida ativa previdenciária; representar o Instituto perante Tribunais, acompanhado do presidente do Conselho de Gestão; opinar em todos os processos de concessão de benefícios; processar e conceder os benefícios previdenciários; supervisionar os serviços de ordem fiscal.

O cargo é ocupado pela sra. Daniela Regina Rodrigues Pires desde julho de 2018.

o **Comitê de Investimentos**

O Comitê de Investimentos tem a função de órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, tendo como dever zelar com transparência pelo fiel cumprimento das metas do PORTOPREV.

É composto por **03 (três) membros titulares** e **01 (um) suplente**, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução. Deverão ser servidores efetivos da Administração Direta, Indireta, Câmara de Vereadores e/ou aposentados, que possuam vínculo previdenciário com o PORTOPREV.

O Comitê se reúne mensalmente, e extraordinariamente, com a totalidade de seus membros, sempre que convocado por seu Presidente, cabendo-lhe: discutir e elaborar a Política Anual de Investimentos; formular propostas para a gestão eficiente das aplicações financeiras, observando a legislação pertinente; apresentar ao Conselho de Gestão as Instituições Financeiras e seus produtos após a devida e fundamentada análise; reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham direta e indiretamente influenciar os mercados financeiros e de capitais; encaminhar as propostas do Comitê para deliberação final do Conselho de Gestão, dentre outras atribuições.

As principais ocorrências e deliberações do Comitê de Investimentos, no ano de 2022, foram as seguintes:

- **Janeiro:** renovação do credenciamento do fundo FI CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA MULTIMERCADO LP – CNPJ 30.036.235/0001-02.

- **Fevereiro:** renovação do credenciamento do fundo CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I – CNPJ 17.502.937/0001-68; credenciamento do fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS IPCA – CNPJ nº 15.486.093/0001-83, com sugestão de aporte; aquisição de títulos públicos NTN-B.

- **Março:** sugestão de aporte dos bônus dos cupons semestrais recebidos das NTN-B no fundo BB PREV RF FLUXO FIC; continuidade da aquisição escalonada de títulos públicos NTN-B; revisão da Política de Investimentos 2022 de acordo com a Resolução CMN nº 4963/2021.

- **Abril:** sugestão de continuidade da aquisição escalonada de títulos públicos NTN-B.

- **Mai:** credenciamentos: Banco Santander (Brasil) S.A – CNPJ nº90.400.888/0001-42; Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. – CNPJ nº 10.231.177/0001-52; Fundo DI INSTITUCIONAL PREMIUM FIC FI – CNPJ nº 02.224.354/0001-45, e XP Investimentos CCTVM S.A. – CNPJ nº 02.332.886/0001-04 como Distribuidor e Custodiante de Títulos

Públicos; encaminhamento da minuta do Regimento Interno do Comitê de Investimentos para aprovação.

- **Julho:** credenciamento do Banco J. Safra S/A – CNPJ nº 03.017.677/0001-20 e Safra Serviços e Administração Fiduciária Ltda – CNPJ nº 06.947.853/0001-11; continuação de aquisições escalonadas de títulos públicos NTN-B.

- **Agosto:** sugestão de aplicação do cupom semestral dos NTN-B no fundo SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM FIC FI – CNPJ nº 02.224.354/0001-45.

- **Outubro:** credenciamento do fundo CLARITAS VALOR FEEEDER FIC AÇÕES – CNPJ nº 11.403.850/0001-57 com sugestão de aporte de recursos realocados do fundo BB AÇÕES GOVERNANÇA; prorrogação do edital e da vigência de todos os termos de credenciamento dos diversos fundos e instituições financeiras em 02 (dois) anos, conforme Portaria MTP nº 1.467/2022.

- **Novembro:** encaminhamento da Política de Investimentos para o exercício de 2023; sugestão de aplicação dos bônus dos cupons semestrais recebidos das NTN-B em aquisição de títulos públicos.

- **Dezembro:** sugestão de investimento dos recursos adicionais advindos do pagamento dos encargos sobre o 13º salário, pagamento da diferença dos valores referentes à amortização do déficit e pagamento de cupom semestral do fundo BB PREV TP ICPA no fundo SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM FIC FI – CNPJ nº 02.224.354/0001-45.

Composição do Comitê de Investimentos no exercício de 2022:

Presidente:	Murilo Henrique Félix
Membros Titulares:	Mayckel Wanderson dos Santos Camargo
	Murilo Henrique Félix
	Naiara Cristina Gobi Benedete
Membro Suplente:	Leonardo Bronze Segga

o Equipe

Nome	Cargo e Função
Daniela Regina Rodrigues Pires	Superintendente
Felipe Mayrink Aranha	Procurador
Claudiana Aparecida de Souza	Contadora
Márcio Rodrigues	Analista Previdenciário
Vanessa Cristina Rodrigues Ramos de Oliveira	Chefe de Gestão de Recursos Humanos
Leonardo Bronze Segga	Agente Administrativo
Danilo dos Santos	Agente Administrativo
Mayckel Wanderson dos Santos Camargo	Agente Administrativo

RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Regime Próprio de Previdência Social administra os benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores municipais e seus dependentes, e contava, em 31/12/2022, com o seguinte quantitativo de segurados e beneficiários:

Ativos	Aposentados	Pensionistas
1.769	435	125
75,95%	18,68%	5,37%

○ Despesas com benefícios previdenciários

O PORTOPREV concedeu, no ano de 2022, **43** aposentadorias e **16** benefícios de pensão em decorrência de óbito de segurados:

Seguem valores pagos referentes aos novos benefícios concedidos.

DESPESAS	
APOSENTADORIAS	PENSÕES
R\$ 999.653,06	R\$ 194.350,55

○ Evolução das despesas com Folha de Pagamento

Ano	Fundo Previdenciário	TOTAL
2020	R\$ 14.695.129,18	R\$ 14.695.129,18
2021	R\$ 16.326.984,30	R\$ 16.326.984,30
2022	R\$ 22.599.955,50	R\$ 22.599.955,50

○ Prova de Vida

O PORTOPREV realiza, anualmente, a Prova de Vida de aposentados e pensionistas mediante convocação publicada no site, no mês do aniversário de cada um.

Em 2022, realizaram a Prova de Vida o total de 380 aposentados e 105 pensionistas.

○ COMPREV

A COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Em 2022, o PORTOPREV recebeu R\$ 844.262,40 da Compensação Previdenciária do INSS.

Em 2022, o PORTOPREV repassou R\$ 3.573,60 referente aos requerimentos concedidos de COMPREV (RI – RGPS como Regime Instituidor)

Ano	Valor recebido	Valor pago
2020	R\$ 1.305.955,25	R\$ -
2021	R\$ 1.128.349,88	R\$ 472.129,62
2022	R\$ 844.262,40	R\$ 3.573,60

FINANCEIRO

○ **Receitas e Despesas**

Em 2022, o PORTOPREV contabilizou as seguintes receitas:

Tipo de receita	Valor
Contribuições previdenciárias	R\$ 26.145.090,12
COMPREV	R\$ 844.262,40
Plano de Amortização	R\$ 4.315.485,12
Outras (Investimentos, Indenizações)	R\$ 5.277.673,93
Total	R\$ 36.582.471,07

E no mesmo ano, as despesas foram as seguintes:

Tipo de despesa	Valor
Folha de pagamento de benefícios	R\$ 22.599.955,50
Despesa Administrativa	R\$ 1.070.911,08

○ **Patrimônio do RPPS**

O patrimônio do PORTOPREV, na data 31/12/2022, era composto por:

R\$ 289.001.063,45 em ativos financeiros, e R\$ 2.072,27 em demais bens, direitos e ativos.

O patrimônio total do RPPS evoluiu de R\$ 276.993.600,48 na avaliação atuarial de dezembro de 2021, apresentando **4,36% de crescimento**.

TOTAL DO PATRIMÔNIO EM 31/12/2022: R\$ 289.001.063,45

○ **Aplicações Financeiras**

Em 31 de dezembro de 2022 os recursos do PORTOPREV estavam aplicados em Renda Fixa, Renda Variável e Investimento no Exterior, conforme distribuição a seguir:

Segmento	Valor	%
Renda Fixa	R\$ 198.864.056,49	68,81
Renda Variável	R\$ 50.607.730,21	17,51
Investimento no Exterior	R\$ 17.648.579,48	6,11
Investimentos Estruturados	R\$ 21.878.625,00	7,57

Em 2022 o Fundo Previdenciário obteve uma rentabilidade equivalente a **1,60 %** diante da meta atuarial do período, que foi de 10,93% (composta pelo IPCA + 4,88% a.a.).

○ **Evolução da Carteira de Investimentos**

Mês	R\$	Ganho de Capital (R\$)
Dez/2020	273.856.728,87	-
Dez/2021	276.898.560,74	3.041.831,87
Dez/2022	288.998.991,18	12.090.430,44

○ **Investimentos por Gestora**

Gestora	Valor (R\$)	%
TESOURO NACIONAL	111.810.550,57	38,69%
CAIXA DTVM	76.164.395,22	26,35%
BB	39.521.649,22	13,68%
BRAM	26.492.571,17	9,17%
SANTANDER	16.364.333,90	5,66%
ITAU	15.669.756,56	5,42%
CLARITAS	2.975.734,54	1,03%

○ **Descrição detalhada dos ativos**

Gestor	Administrador	Ativo	Valor (R\$)	Enquadramento
BB	BB	BB PREV RF IRF M	236.193,79	Art. 7º, I, b
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMA-B 5 FIC FI	236.193,79	Art. 7º, I, b
BB	BB	BB PREV RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC FI	1.532.097,03	Art. 7º, I, b
BB	BB	BB PREV RF IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI	12.911.747,05	Art. 7º, I, b
CAIXA DTVM	CEF	FI CAIXA BRASIL IMA B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	14.180.744,19	Art. 7º, I, b
CAIXA DTVM	CEF	FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	22.456.446,55	Art. 7º, I, b
BB	BB	BB PREV RF IPCA	3.117.989,65	Art. 7º, I, b
BB	BB	BB PREV RF FLUXO FIC	584.197,20	Art. 7º, III, a

SANTANDER	SANTANDER	DI INSTITUCIONAL PREMIUM	16.364.333,90	Art. 7º, III, a
CLARITAS	SANTANDER	CLARITAS VALOR FEEDER FIC FIA	2.975.734,54	Art. 8, I
BRAM	BEM	BRANDESCO FI EM ACOES MID SMALL CAPS	26.492.571,17	Art. 8º, I
BB	BB	BB AÇÕES GOVERNANÇA FI	21.139.424,50	Art. 8º, I
CAIXA DTVM	CEF	FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	17.648.579,48	Art. 9º, III
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	21.878.625,00	Art. 10, I
TESOURO NACIONAL		NTN-B	111.810.550,57	Art. 7º, I, a

○ **Fluxo de entrada e de saída de recursos**

FLUXO DE ENTRADAS E SAÍDAS DE RECURSOS EM 2022				
APLICAÇÕES E RESGATES DOS INVESTIMENTOS				
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo
JANEIRO	276.898.560,74	3.436.433,79	3.422.576,04	276.912.418,49
FEVEREIRO	276.912.418,49	16.281.791,70	15.342.430,50	277.851.779,69
MARÇO	277.851.779,69	12.309.854,15	12.067.349,35	278.094.284,49
ABRIL	278.094.284,49	7.412.695,18	7.081.095,34	278.425.884,33
MAIO	278.425.884,33	27.466.454,40	25.594.832,02	280.297.506,71
JUNHO	280.297.506,71	4.324.747,00	4.016.605,17	280.605.648,54
JULHO	280.605.648,54	4.472.821,77	4.155.542,35	280.922.927,96
AGOSTO	280.922.927,96	5.347.068,60	3.580.023,38	282.689.973,18
SETEMBRO	282.689.973,18	4.618.349,86	4.701.594,36	282.606.728,68
OUTUBRO	282.606.728,68	7.238.507,81	5.609.915,31	284.235.321,18
NOVEMBRO	284.235.321,18	10.934.441,03	13.414.498,10	281.755.264,11
DEZEMBRO	281.755.264,11	12.779.719,54	4.813.902,27	288.998.991,20

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

○ Custo Previdenciário

Categoria	Alíquota	Observações
Segurados Ativos	14,00%	-
Aposentados	14,00%	-
Pensionistas	14,00%	-
Ente Federativo	17,08%	-
Taxa Administrativa	2,00%	-
Ente Federativo Total	19,08%	Custo Normal + Custo Adm.

○ Evolução do Resultado Técnico Atuarial

Plano Previdenciário:

Resultado do Sistema de Capitalização	2021	2022	2023
Equilíbrio atuarial	60.159.368,37 (déficit atuarial)	218.126.130,73 (déficit atuarial)	267.379.021,32 (déficit atuarial)
Plano de custeio	Servidor – 14,00% Patronal – 17,08% Taxa Adm – 2,00%	Servidor – 14% Patronal – 17,08% Taxa Adm – 2,00%	Servidor – 14% Patronal – 17,08% Taxa Adm – 2,00%

Porto Feliz, agosto de 2023.

Daniela Regina Rodrigues Pires
Superintendente

PARECER DO CONTROLE INTERNO

A conformidade do presente relatório foi atestada por Leonardo Bronze Segga, responsável pelo Controle Interno do Instituto, em 12/09/2023.

APROVAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Gestão em 20/09/2023, e pelo Conselho Fiscal em 22/09/2023.